

Introdução

Henrique Tahan Novaes

Como citar: NOVAES, Henrique Tahan. Introdução. *In*: NOVAES, Henrique Tahan. **Da universidade necessária à universidade para além do capital**. Marília: Oficina Universitária; Marília: Lutas Anticapital; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 11-22. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-275-8.p11-22>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Introdução

Depois do Golpe de 1964, Darcy Ribeiro foi obrigado a ir pro exílio no Uruguai. Lá ele escreveu o livro “A Universidade Necessária”, nos anos 1966-67, portanto, antes do endurecimento da ditadura brasileira e com uma certa expectativa de rápida superação do golpe.

Darcy Ribeiro foi Ministro da Casa Civil de João Goulart e um dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), junto com o grande liberal Anísio Teixeira.

A proposta da UnB, que está na moldura do livro “A Universidade Necessária”, é a criação de uma universidade conectada à independência nacional e à resolução dos problemas nacionais.

Darcy dizia que na UnB os professores teriam liberdade para pensar e pesquisar, independentemente da sua posição política e da sua religião.

O fim trágico da UnB todos sabem. Em outubro de 1965, cerca de 80% dos professores pediram demissão frente às investidas da ditadura.

Ao que tudo indica, o projeto de universidade necessária era distinto do projeto da ditadura empresarial-militar (DEM) para o Complexo Público de

Ensino Superior e Pesquisa (CPESP). Apesar da fachada nacionalista, muitos estudos têm demonstrado o entreguismo dos militares e a ascensão das corporações transnacionais no período.

Do famoso tripé Empresa Estatal-Empresa Nacional-Empresa Transnacional que levaria ao “progresso da nação”, as corporações transnacionais saíram com o “pé” mais forte (CAMPOS, 2013).

A “institucionalização da ditadura”, nos termos de Florestan Fernandes (1986), ou o que ficou conhecido como “redemocratização” trouxe um certo arejamento ao CPESP. As “faxinas” ideológicas realizadas na ditadura foram interrompidas, porém, contraditoriamente, os grupos de pesquisa já traziam no seu seio o produtivismo da política científica e tecnológica traçada na DEM.

Nos anos 1980, muitos grupos de pesquisa tentaram – e em alguma medida conseguiram – se vincular com as demandas seculares da classe trabalhadora, mas rapidamente veio o neoliberalismo de Collor e de Fernando Henrique Cardoso, que questionaram a função da Universidade Pública na sociedade e ao mesmo tempo deram grande impulso à educação enquanto mercadoria lucrativa. Se é verdade que a educação como um mercado lucrativo é obra da ditadura, também é verdade que é nos anos 1990-2000 a sua fase de expansão desenfreada.

Saimos então de um pequeno “suspiro” dado à Universidade Necessária no pré-golpe, vivemos a refuncionalização do papel do CPESP ao projeto da DEM e, desde os anos 1990, entramos na fase da “Universidade Desnecessária”.

Nos anos 2000, como se sabe, o lulismo abriu as portas para uma nova expansão das universidades privadas, abdicação de impostos em troca de vagas (PROUNI). O financiamento – via Estado – do pagamento das mensalidades (FIES) ganha novos ares¹.

O REUNI retirou as universidades públicas o fundo do poço neoliberal, mas não alterou significativamente o que se ensina e como se ensina, muito menos a precarização do trabalho. As cotas tiveram um impacto gigantesco, principalmente ao permitir que as parcelas dos filhos das classes trabalhadoras escolarizadas tivessem o seu lugar ao sol.

¹ Em 1975, foi criado o Programa de Crédito Educativo (CREDUC) pelo Governo Ernesto Geisel. Em 1999, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, foi reformulado. Foi ampliado posteriormente no Governo Lula em 2010. Naquele ano, sua taxa de juros foi ajustada de 6,5% para 3,4% a.a. (abaixo da SELIC) e também foi estabelecido um prazo de carência de 18 meses após a conclusão do curso para o início dos pagamentos por parte do estudante beneficiado. (WIKIPEDIA, 2020).

No entanto, depois de esgotado o ciclo lulista em 2013, e com um golpe de Estado de novo tipo em 2016, chegamos a 2020 com o pior cenário para o CPESP. Em 2019, a mídia anunciou o corte de 45% das verbas do CNPq, e o diretor dessa entidade afirmava que as bolsas de pesquisa só chegariam até julho. Da mesma forma, uma nova ofensiva contra o CPESP entrou na agenda do Estado: cobrança de mensalidades, Escola Sem Partido, extinção de cargos de chefia nas universidades públicas federais, intervenções etc. Até mesmo a existência - cientificamente comprovada - da DEM está sendo questionada pelos Ministros da Educação, que exigem uma revisão do tema nos materiais didáticos.

Contraopondo-se a esse projeto, em janeiro de 2019, o reitor da UFPR declarou que não ficaria calado frente a esse processo, o que levou um jornalista a criar a manchete “A UFPR vai à guerra”.

Da mesma forma que o reitor da UFPR, inúmeras entidades científicas têm questionado a agenda bolsonarista para o CPESP. O reitor da USP, num gesto importante, declarou que “na USP não haverá Escola Sem Partido”.

O direito a ser cientista vem sendo questionado. O direito à educação pública vem sendo questionado. Ao que tudo indica, o irracionalismo é a base que fundamenta a nova expansão do capitalismo financeirizado. Ele é imprescindível para amalgamar a

sociedade da barbárie. Para nós, a produção de ignorância é fundamental para fazer avançar a agenda do capital monopolista.

Se isso é verdade, uma nova inquisição e uma nova faxina teórica ganharão impulso. As fogueiras para queimar todos aqueles que dizem a verdade serão acionadas. A Universidade Pública será colocada na fogueira. Aliás, essa fogueira já existe. Uma rápida pesquisa na internet permitirá ao leitor verificar que inúmeros professores da Educação Básica e do Ensino Superior foram expulsos ou perseguidos nos últimos anos. Reitores eleitos não foram indicados.

Quanto a isso, o bolsonarismo é bem claro. Se a mídia e a universidade pública questionam o seu projeto, é preciso “limpar o terreno”, eliminar os inimigos.

Mas é preciso lembrar também que a questão de fundo, como coloca o professor Dermeval Saviani, é a histórica luta entre o público e o privado. Ao fim e ao cabo, todas as condenações que afirmam que “na escola pública e na universidade pública há um bando de comunistas” têm como propósito expandir o sistema privado de educação. Essa é a questão fundamental.

Em nossa tese de doutorado (NOVAES, 2012), procuramos mostrar a atuação de parcelas da comunidade científica que tentaram resistir ao avanço do neoliberalismo. Observamos a atuação dos

pesquisadores-extensionistas que se aliaram aos movimentos sociais, através de ações no campo da pesquisa e da extensão, que certamente tiveram “impacto” no ensino.

Muitas das conclusões a que ali chegamos foram retomadas neste Livro de Bolso. Passados 10 anos da defesa da tese de doutorado, temos atuado em lutas por dentro e por fora da Universidade Pública, tentando, ao mesmo tempo, resistir ao seu desmonte e criando cursos de extensão, aperfeiçoamento e cursos pós-médio e médio integrado junto aos movimentos sociais da região de Marília desde quando entramos na UNESP, como docente da graduação e pós-graduação.

No ano de 2017, nos tornamos Presidente da ADUNESP Seção Sindical Marília, o que nos trouxe mais inquietações e desafios para resistir ao desmonte das Universidades Públicas.

Nós, professores, estamos remando no “barco” UNESP como se nada estivesse acontecendo. Há uma segmentação cada vez maior da comunidade científica das três universidades públicas paulistas. No topo dessa pirâmide, docentes que não estão muito preocupados com a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Precisam do selo da Universidade Pública, que lhes dá prestígio, mas não irão se engajar na defesa das mesmas. Ganham rios de dinheiro em consultorias, consultórios, cursos de

especialização pagos etc. Uma camada intermediária quer que a Universidade Pública lhes dê as condições de desenvolvimento de pesquisa e de ensino (laboratórios, fundos de pesquisa, bolsas etc.) como nos países centrais. Percebem que isso não está acontecendo, mas não conseguem ligar essa demanda à necessidade de uma luta mais profunda pela defesa da universidade pública e seu sentido social.

Lá embaixo, professores com jornadas de trabalho cada vez mais extensas, com uma vida precarizada (sem reposição salarial, plano de carreira, dando cada vez mais aulas, assumindo inúmeras tarefas de gestão etc.). Os últimos estão acompanhados de uma nova tendência – os professores substitutos e, no caso da UNESP, bolsistas.

A velha questão levantada por José Carlos Mariátegui no final dos anos 1910 ainda é atual: é possível mudar a universidade pública por dentro? Se sim, como deve se dar essa luta?

Qual o papel das universidades populares, autônomas ao Estado no que se refere ao controle dos conteúdos, forma escolar, avaliação etc.?

Nos dias de hoje, é muito difícil acreditar que a universidade pública possa se converter em universidade para além do capital (UPAC). Se é verdade que no curto prazo essa luta é impossível, isso não quer dizer que não tenhamos uma ponta de esperança na “conversão” da universidade pública em

UPAC. Isso dependerá, como tentamos mostrar em nossa tese (NOVAES, 2012), de um programa revolucionário na sociedade e de uma profunda aliança dos setores mais avançados da universidade com os movimentos sociais anticapital. Alguns poderão pensar que isso não passa de uma utopia, principalmente num momento no qual devemos nos perguntar: vai haver universidade pública em 2022?

Na nossa tese de doutorado (NOVAES, 2012), defendemos as lutas “por fora” das universidades públicas, isto é, a criação de Universidades Populares, universidades em que o Estado não consegue interferir.

Lá observamos que, na América Latina, uma das mais importantes Universidades Populares é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). A ENFF partiu de uma visão estratégica do MST, sobre a necessidade de criar um centro de formação política para militantes da América Latina, num primeiro momento, e mais recentemente, para militantes do mundo inteiro.

A ENFF abriga cursos com grande autonomia e cursos com autonomia intermediária. Sobre os últimos, foram feitos convênios e alianças com as universidades públicas, na verdade, convênios puxados pelas alas republicanas e de esquerda das universidades públicas para oferecer cursos de graduação, especialização e mestrado para membros

de movimentos sociais. Aqui é possível notar os movimentos sociais puxando parcelas da Universidade Pública e, ao mesmo tempo, parcelas da Universidade Pública se aliando com os movimentos sociais. Uma chave fundamental para a criação desses cursos, que no momento está praticamente extinta em função das ações de Temer e de Bolsonaro, é o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

No que se refere aos cursos autônomos, fomos professores de dois cursos na ENFF, o “latinão”, para militantes da América Latina, e o Curso Florestan Fernandes, para a compreensão desse grande intelectual que dá nome à escola. Mais recentemente ofertamos ali o Minicurso Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia para professores da educação básica.

A multiplicação de Universidades Populares na América Latina é algo imprescindível neste momento histórico de profunda regressão social.

Mas em nossa tese de doutorado também propomos uma agenda de lutas que poderia “salvar” a universidade pública, partindo da aliança entre os setores mais avançados da universidade pública com os movimentos sociais (NOVAES, 2012).

Este Livro de Bolso foi estruturado em três capítulos. No primeiro, analisamos a precarização do trabalho docente como parte da crise estrutural do capital e do avanço da universidade neocolonial. Ele é o resultado de uma palestra que dei na Anped Sudeste, realizada na UNICAMP em 2018, e da minha palestra dada na Universidade de Córdoba, também em 2018, em homenagem aos 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba.

No segundo capítulo, procuro demonstrar, a partir de algumas experiências práticas, a relação estabelecida entre pesquisadores-extensionistas e movimentos sociais, para então teorizar a universidade para além do capital. Ele resgata as principais conclusões da minha tese de doutorado (NOVAES, 2012).

No terceiro capítulo, fazemos um balanço da nossa atuação como pesquisador e extensionista, para então defender a necessidade da UPAC.

No nosso entender, a questão fundamental do CPESP continua sendo o sentido da universidade na sociedade de classes, ou melhor, o sentido do trabalho na universidade num país de capitalismo dependente. A universidade deve servir aos exploradores ou aos explorados? Deve ser fábrica de *papers* para melhorar os rankings internacionais ou deve fazer pesquisa e extensão tendo em vista seu papel na superação do sociometabolismo do capital? Deve ser fonte de

enriquecimento de alguns poucos pesquisadores e consultores ou deve servir ao seu povo?

Como todos os Livro de Bolso, este livro tem caráter introdutório. O aprofundamento do debate poderá ser feito através da leitura das referências no final do livro e de outros textos de nossa autoria.

Em tempos sombrios como os que temos vivido, só nos resta desejar uma boa Leitura!

Marília, 29 de janeiro de 2021

Henrique Tahan Novaes

hetanov@gmail.com

